

**Em toda parte, em parte nenhuma:
considerações sobre a Torre do
Relógio, monumento-símbolo da
Universidade de São Paulo**

***En todas partes, en ninguna parte:
consideraciones sobre la Torre del Reloj,
monumento-símbolo
de la Universidad de São Paulo***

***Everywhere, nowhere: considerations
on the Clock Tower, a symbol-monument
of the University of São Paulo***

Helio Herbst

UFRRJ - PROARQ FAU/UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil. helioherbst@ufrj.br

Resumo

No dia 17 de dezembro de 1968, quatro dias após a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) amanheceu cercado por tanques de guerra. Mais de mil estudantes foram interrogados; muitos deles presos ou perseguidos, com desdobramentos funestos. O principal núcleo de convívio e resistência da universidade, naquele instante, foi desocupado. Lindeiro aos blocos, um amplo descampado aguardava ser transformado, pela via do projeto, em um palco aberto a manifestações culturais e políticas. Nesta ágora moderna seria implantado um conjunto de edifícios, com finalidades diversas, e um monumento de feições totêmicas, conhecido como Torre do Relógio. Sua inserção na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso), sede da Universidade de São Paulo (USP), constitui o objeto de investigação do presente artigo. Em um primeiro bloco são apresentadas as diferentes acepções de sociabilidade propostas para a universidade e, mais particularmente, analisadas as versões de projeto para o núcleo central de convivência. O segundo bloco examina as intenções de projeto do monumento concebido por Rino Levi e Elisabeth Nobile, levando-se em consideração a apropriação do território universitário pelo Movimento Estudantil (ME) durante o processo de redemocratização política brasileira dos anos 1960-1970. Interessa-nos, neste recorte, examinar os horrores do passado para que possamos evitar retrocessos no futuro.

Palavras-Chave: Arquitetura Moderna. História. Monumento. Universidade de São Paulo. Rino Levi. Elisabeth Nobile.

Resumen

El 17 de diciembre de 1968, cuatro días después de la promulgación del Acto Institucional n. 5 (AI-5), el Conjunto Residencial de la Universidad de São Paulo (Crusp) amaneció rodeado de tanques de guerra. Más de mil estudiantes fueron interrogados; muchos de ellos arrestados o perseguidos, con desastrosas consecuencias. El principal núcleo de convivencia y resistencia de la universidad, en ese momento, fue desocupado. Contiguo a las manzanas, un amplio espacio abierto esperaba ser transformado, a través del proyecto, en un escenario abierto para manifestaciones culturales y políticas. En esta ágora moderna se implantaría un conjunto de edificios, con diferentes propósitos, y un monumento de rasgos totémicos, conocido como Torre del Reloj. Su inserción en la Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso), sede de la Universidad de São Paulo (USP), constituye el objeto de investigación de este artículo. En un primer bloque, se presentan los diferentes significados de sociabilidad propuestos para la universidad y, más concretamente, se analizan las versiones proyectuales para el núcleo central de convivencia. El segundo bloque examina las intenciones de diseño del monumento concebido por Rino Levi y Elisabeth Nobile, teniendo en cuenta la apropiación del territorio universitario por parte del Movimiento Estudiantil (ME) durante el proceso de redemocratización política brasileña de los años 1960-1970. En

esta sección, estamos interesados en examinar los horrores del pasado para que podamos evitar contratiempos en el futuro.

Palavras-Clave: Arquitetura Moderna. Historia. Monumento. Universidad de São Paulo. Rino Levi. Elisabeth Nobiling.

Abstract

On December 17, 1968, four days after the enactment of Institutional Act n. 5 (AI-5), the Housing Complex of the University of São Paulo (Crusp) dawned surrounded by war tanks. More than a thousand students were interrogated; many of them arrested or persecuted, with disastrous consequences. The main nucleus of coexistence and resistance of the university, at that moment, was vacated. Adjacent to the blocks, a wide open space was waiting to be transformed, through the project, into an open stage for cultural and political manifestations. In this modern agora, a group of buildings, with different purposes, and a monument with totemic features, known as Clock Tower, would be implanted. Its insertion in the Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (Cuaso), headquarters of the University of São Paulo (USP), constitutes the object of investigation of this article. At first, the different meanings of sociability proposed for the university are presented and, more particularly, the project versions for the central nucleus of coexistence are analyzed. The second block examines the design intentions of the monument conceived by Rino Levi and Elisabeth Nobiling, taking into account the appropriation of the university territory by the Student Movement (ME) during the Brazilian political redemocratization process of the 1960s-1970s. In this section, we are interested in examining the horrors of the past so that we can avoid setbacks in the future.

Keywords: Modern Architecture. History. Monument. University of São Paulo. Rino Levi. Elisabeth Nobiling.

CRITÉRIOS PARA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ESCOLHIDO PARA ABRIGAR A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Na rota marítima entre Marselha e Atenas, no verão europeu de 1933, arquitetos e urbanistas realizaram, a bordo de um navio de cruzeiro, o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam). Em pauta, analisou-se a aplicação de preceitos de matriz funcional-racionalista para a resolução de problemas das metrópoles industriais. Também foram discutidas as dificuldades para a aceitação de tais diretrizes em diferentes esferas de poder. Nenhum representante brasileiro participou do encontro.

Enquanto isso, do lado de cá do Atlântico, o meio intelectual brasileiro festejava a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp) e celebrava o decreto-lei que, em 1931, fundamentou as bases para a criação das primeiras universidades brasileiras¹, ainda que, nas primeiras décadas do período republicano, tenham sido

¹ Getúlio Vargas, em 11 de abril de 1931, publicou o Decreto n.19.851, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, estabelecendo os requisitos para criação e funcionamento das universidades no país. Sua regulamentação, no âmbito das unidades federativas, foi determinada pelo Decreto n. 24.279, de 22 de maio de 1934.

iniciadas as atividades da Universidade de Manaus (1909)², da Universidade de São Paulo (1911)³, da Universidade do Paraná (1912)⁴, da Universidade do Rio de Janeiro (1920)⁵, da Universidade de Minas Gerais (1927)⁶ e da Universidade de Porto Alegre (1934)⁷.

Em 1934, o interventor federal Armando de Salles Oliveira, amparado pelo empresariado e pela intelectualidade paulista, instituiu a Lei Estadual n. 6283 para fundar a Universidade de São Paulo. O gesto merece ser entendido como resposta das elites locais às perdas sofridas desde o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder, incluindo-se a derrota no levante armado motivado pela promulgação de uma nova Constituição em 1932.

² A Universidade de Manaus, fundada em 1909 pela ação de investidores privados, é considerada a primeira universidade criada sob tal denominação. Na instituição eram oferecidos cursos de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. Na avaliação do sociólogo Luiz Antônio Cunha (2000, p. 161-162), o esgotamento da prosperidade gerada pela extração da borracha levou ao fim da instituição, em 1926, restando apenas a Faculdade de Direito, posteriormente incorporada pela Universidade Federal do Amazonas.

³ Na então denominada Universidade de São Paulo eram ministrados cursos de Belas Artes, Comércio, Direito, Farmácia, Medicina e Odontologia. Fundada em 1911 por iniciativa de um investidor privado, o empreendimento não logrou êxito e encerrou suas atividades em 1917, em parte pela concorrência da oferta de vagas pela Faculdade de Medicina, criada e mantida pelo governo do Estado de São Paulo. (idem, p. 162).

⁴ Fundada em 1912 com recursos privados e apoio do governo estadual, a Universidade do Paraná disponibilizava formação em Comércio, Direito, Farmácia, Engenharia, Medicina e Odontologia. Mas a proibição de fusão de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100.000 habitantes, em 1915, motivou alterações nos seus Estatutos, concedendo autonomia dos cursos sem que, com isso, fosse desmembrada a direção, que continuou a funcionar em um único edifício-sede. A isso se deve o reconhecimento do título de a universidade mais antiga do Brasil. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2023)

⁵ A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 pelo presidente Epitácio Pessoa, resultou da reunião de três faculdades: Escola Politécnica, Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina. Tal procedimento, segundo Cunha (op. cit., p. 163), tornou-se paradigmático para diversas instituições criadas posteriormente. Em 1937 a Universidade do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade do Brasil, mediante decreto assinado por Gustavo Capanema.

⁶ A Universidade de Minas Gerais foi criada em 1927 por iniciativa do governo do Estado e oferecia os cursos de Direito, Engenharia, Farmácia, Medicina e Odontologia, já existentes em Belo Horizonte. Seus estatutos foram aprovados em 1935.

⁷ A Universidade de Porto Alegre foi instituída em 1934, a partir da associação entre a Faculdade de Medicina e as Escolas de Odontologia e Farmácia; a Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; a Escola de Engenharia, com os cursos de Veterinária e Agronomia; e o Instituto de Belas Artes, todos em funcionamento, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, em processo de criação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, s.d.).

O ato fundacional da USP incorporou a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agricultura e as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina e Medicina Veterinária, em plena atividade, além de diversos institutos complementares, a exemplo do Instituto de Educação e do Museu Paulista. O decreto também previa a criação da Escola de Belas Artes, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e do Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais. (SÃO PAULO, 1934).

Conforme reza o artigo 47 do sétimo título, intitulado “Do espírito universitário”, a universidade deveria promover “a aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos” por meio da “proximidade dos edifícios” e pela “construção de vilas universitárias, [...] pela prática de atividades sociais, [...] de esportes, jogos atléticos e competições”. (idem).

Em 1935 foi designada uma comissão responsável pela escolha do terreno para a sediar a instituição, sendo a equipe também incumbida de indicar as diretrizes urbanísticas de sua ocupação. Entre as opções apresentadas, a equipe liderada pelo reitor Reynaldo Porchat propôs a desapropriação de uma extensa área contígua ao Complexo Médico do Araçá, recém-inaugurado, sendo a gleba estendida até uma parcela da Fazenda Butantã, situada na margem esquerda do rio Pinheiros, poucos anos antes da retificação do seu curso⁸.

Em paralelo, na Capital Federal, discutia-se a construção de uma Cidade Universitária e de um edifício para sediar o Ministério da Educação e Saúde Pública. Para além das polêmicas que cercaram a anulação do concurso vencido por Archimedes Memória, merecem destaque as contribuições prestadas por Le Corbusier para a implantação de uma Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista e para a reformulação da primeira versão do projeto para a sede do Mesp apresentada por Lúcio Costa e equipe.

⁸ Cumpre salientar que o “Plano de Avenidas”, publicado em 1930 por Francisco Prestes Maia, apresentava um plano de estruturação viária para a cidade de São Paulo, cujos princípios iniciais foram desenvolvidos por João Florence de Ulhoa Cintra. A proposta previa a construção de um perímetro de irradiação, avenidas radiais e avenidas marginais aos rios Tietê e Pinheiros, que delimitavam a área de intervenção. (NASCIMENTO, 2003, p. 25).

A participação de Le Corbusier em ambos os projetos constitui o foco de narrativa de diversos estudos. (SOARES, 2021; SANTOS et al, 1987; LISSOVSKY; SÁ, 1996). Em relação ao Plano da Cidade Universitária, merece ser vista em consideração à possibilidade de aplicação da *Carta de Atenas*, elaborada a partir das discussões travadas pelos participantes do IV Congresso Ciam, anteriormente mencionado.

Entre os principais pontos defendidos pelo documento, na versão elaborada pelo franco-suíço entre 1941 e 1942, conforme nos relata Rebeca Scherer na introdução de *A Carta de Atenas* (1993), inscrevem-se a separação de fluxos entre pedestres e veículos e o zoneamento funcional, proposto “com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar”, sendo os edifícios tratados como objetos isolados em amplas superfícies livres, verdes, não “compartimentadas em pequenos elementos de uso privado”. (LE CORBUSIER, 1993, n. p.)

Neste sentido, nos parece relevante enfatizar que tenha sido refutada, nas primeiras versões do Plano da Universidade de São Paulo, elaboradas entre 1935 e 1937, qualquer vinculação com a ocupação preexistente. Tal questão se mostra especialmente evidente na versão apresentada em 1937, conhecida como “Solução Butantã”. Nela, o território universitário correspondia a uma parcela da antiga Fazenda Butantã, de propriedade do governo estadual, e a uma pequena área na margem direita do rio Pinheiros, na qual seriam instalados equipamentos esportivos e construída uma via de acesso principal. (CAMPOS, 1938, p. 236).

Em 1941, a área destinada à universidade foi novamente reduzida, ficando limitada ao próprio estadual situado na margem esquerda do rio⁹. Em 1943, o Escritório Técnico do Plano da Universidade de São Paulo apresentou nova versão de projeto (Figura 1). As principais unidades de ensino e pesquisa se mantiveram dispostas em torno de uma área central também ocupada pela reitoria e pela biblioteca central,

⁹ O decreto-lei 12.401, assinado pelo interventor federal Fernando Costa em dezembro de 1941, reservou, na Fazenda Butantã, uma parcela ao sul do leito da Adutora de Cotia, com todas as benfeitorias existentes, para o Instituto Butantã, e a área remanescente para a implantação da Cidade Universitária, conforme indica o artigo 47, parágrafo único do Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934.

sendo nítida a identificação com a tradição universitária estadunidense, sem que fosse adotado o termo “campus” na descrição do projeto.

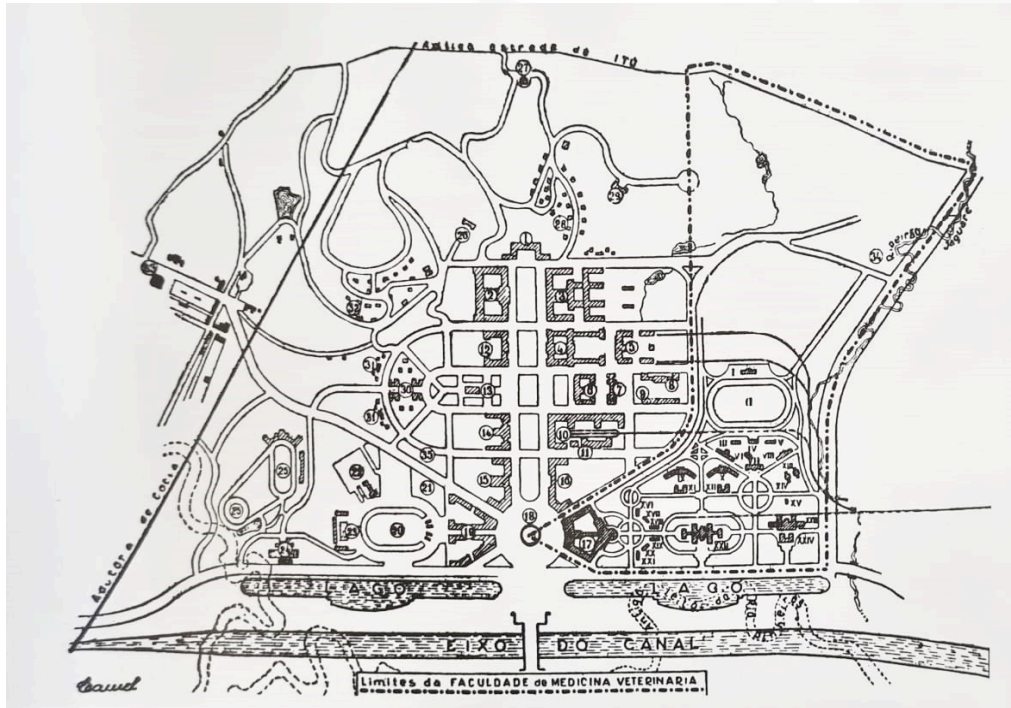


Figura 1: Plano Geral da Cidade Universitária de São Paulo, 1943.
Fonte: Revista de Arquitetura, 1944, p. 28.

No plano de 1943, o território da universidade apresentava-se delimitado a nordeste pelo rio Pinheiros, a sudeste pela adutora de Cotia, a sudoeste pela estrada velha de Itu, e a noroeste pelo córrego Jaguaré. No ano seguinte, foram desapropriados terrenos situados entre a estrada velha e nova de Itu, que na atualidade corresponde à avenida Corifeu de Azevedo Marques. Antes mesmo da aprovação definitiva da proposta urbanística, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), transformado em autarquia estadual, iniciou a construção de laboratórios no Butantã, com recursos próprios, na porção da gleba contígua à Zona Industrial do Jaguaré, recém implantada.

Em 1944 foi organizada a Semana da Cidade Universitária na Galeria Prestes Maia. No evento, foram realizadas conferências de André Dreyfus, Ernesto de Souza Campos, Jean Gagé, Jorge Americano, Luiz de Anhaia Mello e Raul Briquet, entre

outros intelectuais de destaque. A mostra apresentou diversas proposições urbanísticas universitárias, entre as quais a de Marcello Piacentini para a Universidade do Brasil, admirada pelo reitor Jorge Americano (1947, p. 283) por se contrapor ao “artificialismo” que caracterizava “os estilos decadentes”, em provável alusão às ideias apresentadas por Le Corbusier para sediar aquela instituição¹⁰.

Em tal afirmação se assenta não apenas divergências estéticas, mas sobretudo visões antagônicas de organização social e política, transformando os processos decisórios em delicados acordos conciliatórios, quase sempre motivadores de ajustes de projeto. O sucessivo arranjo na configuração formal da Cidade Universitária da USP é igualmente exemplar neste sentido¹¹.

Em 1945, o processo adquiriu novos desdobramentos com a organização de um concurso de ideias presidido pelo professor Ernesto de Souza Campos. Curiosamente, a proposta vencedora, assinada por Hipólito Gustavo Pujol Junior e Oscar Defilipi, retomou premissas do projeto elaborado na gestão de Pujol à frente do Escritório Técnico, sob comando geral de Campos, como apontam Neyde Cabral (2004, v. 1, p. 100) e Caio Dantas (2022, p. 267).

Em 1947 foi apresentado o Plano Geral da Cidade Universitária, iniciado dois anos antes pelo Escritório Técnico, mantendo-se a lógica de distribuição dos principais edifícios ao redor de uma área ocupada pela reitoria e pela biblioteca central. O acesso principal, em contrapartida, passaria a ser feito pelo prolongamento de uma avenida paralela ao rio Pinheiros, construída no loteamento residencial City Butantã, cujo projeto urbanístico é inspirado em preceitos formulados por Ebenezer Howard para as cidades-jardins inglesas. Abandonava-se em definitivo a ideia de se ocupar terrenos na margem direita do rio Pinheiros.

¹⁰ Cumpre ressaltar que a proposta de Marcello Piacentini para a Universidade do Brasil também agradou ao ministro Gustavo Capanema, fato a dificultar a aceitação do projeto supervisionado por Le Corbusier durante sua estada no Rio de Janeiro, em 1936. (TOGNON, 1999).

¹¹ O mesmo pode ser dito em relação ao processo de escolha do sítio de implantação da Universidade do Brasil. O confronto de ideias para a definição de suas diretrizes arquitetônicas e urbanísticas, nas concepções apresentadas por Donald Agache, Jorge Machado Moreira, Le Corbusier, Lúcio Costa e Marcello Piacentini, constituem o objeto central das dissertações de Klaus Alberto (2003) e Patrícia Cordeiro (2015).

Entre 1949 e 1954, foram elaboradas três versões que sinalizavam uma guinada nas premissas gerais de ocupação, na medida em que passou a ser preconizada a subdivisão dos setores em unidades diferenciadas entre diversas categorias de uso (Figura 2). Na avaliação de Campos (1954, p. 25), cada setor seria constituído como um agregado mononucleado e o conjunto se apresentaria como um organismo polinucleado, sendo a unidade do conjunto “realizada por meio de distribuição equilibrada e não por centralização”.

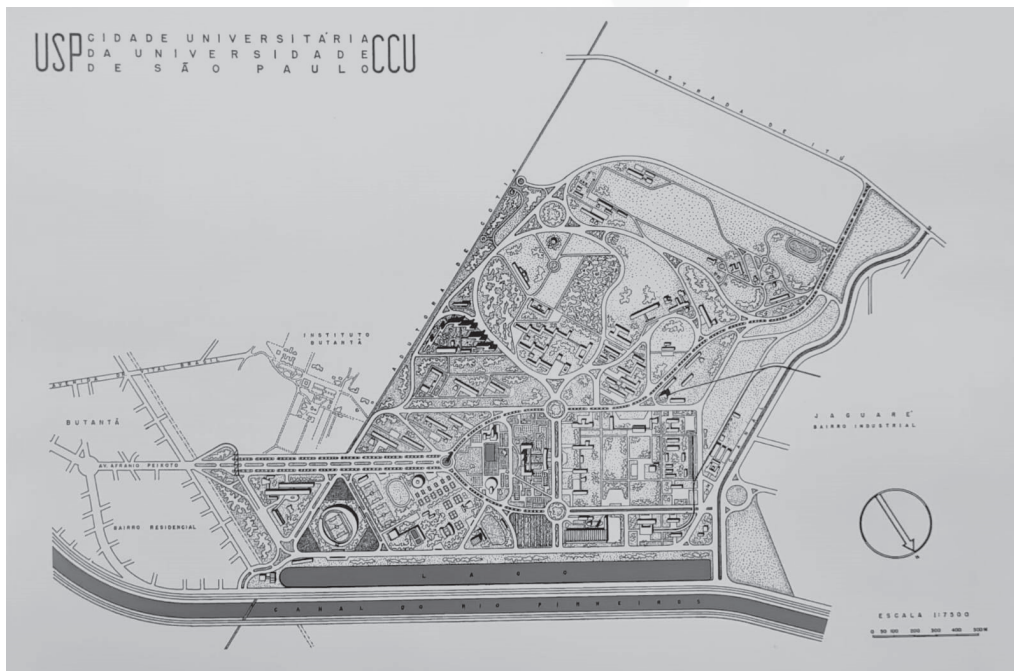


Figura 2: Comissão da Cidade Universitária de São Paulo. Plano da Cidade Uuniversitária, 1954.
Fonte: Campos, 1954, n.p.

Conforme salienta Dantas (2022, p. 271), Campos, outrora defensor da centralização como princípio ordenador do projeto, passou a enaltecer a pulverização das atividades e a circulação motorizada, capaz de estabelecer conexões mais ágeis, além de tornar possível, a qualquer frequentador, chegar em qualquer setor “sem necessidade de se pôr em contato com os outros”.

Parece-nos plausível afirmar que os planos elaborados entre 1949 e 1954 enalteciam o rodoviário, caro à cidade funcional, sem que com isso fossem suprimidos alguns aspectos herdados da tradição urbana de caráter historicista. A proposição de uma

avenida de ingresso com 100 metros de largura, desdobrada no seu término em duas vias de traçado curvilíneo e simétrico, conformando uma praça implantada no eixo central da composição, constitui um emblema da conciliação entre expressões urbanísticas divergentes.

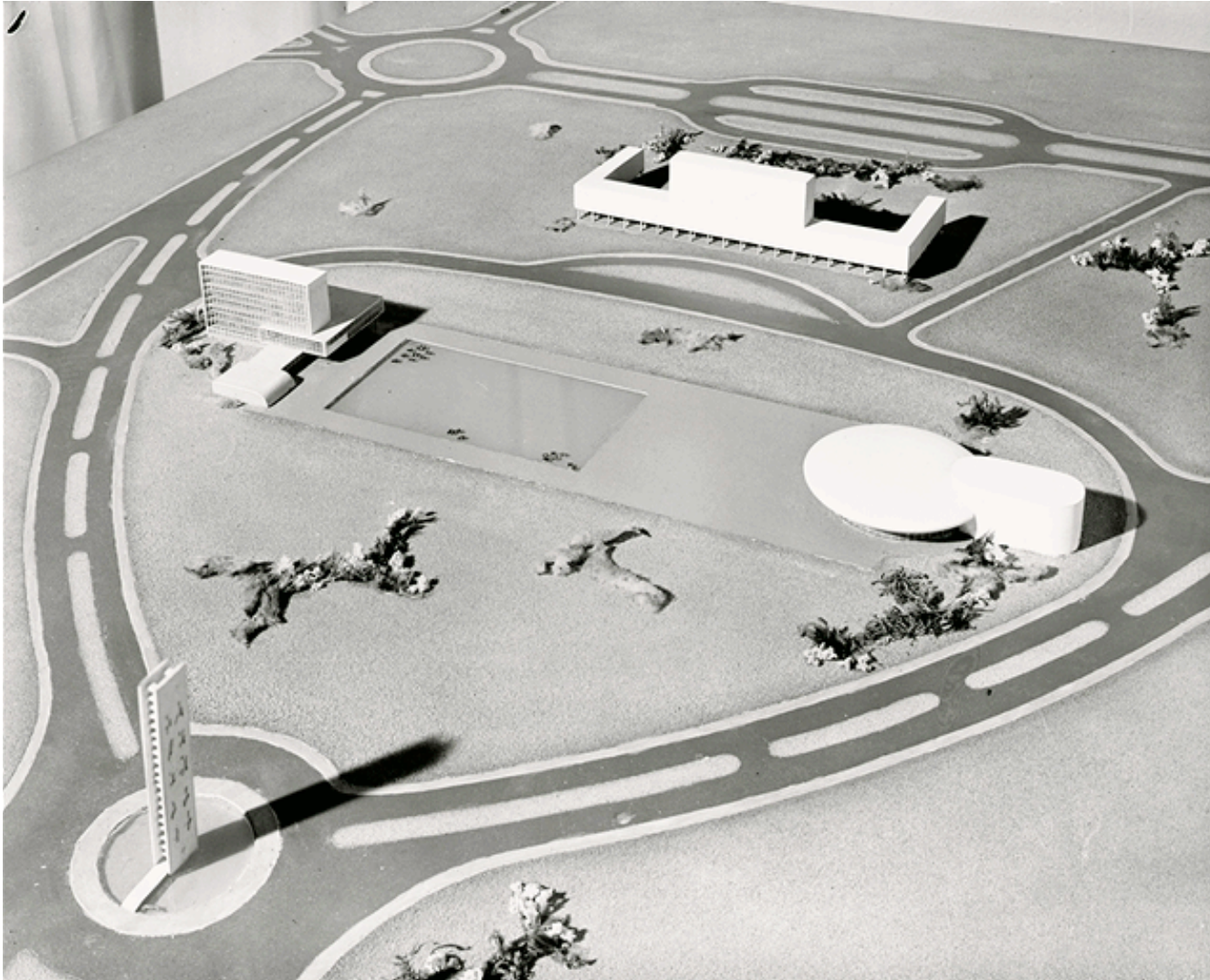
Além da avenida monumental, cuja largura acabaria por ser sensivelmente reduzida por motivos financeiros, a proposta apresentada nos planos de 1952 e 1954 previa a construção de biblioteca, teatro e torre na praça que desfecha a avenida de ingresso. Segundo nos esclarece Cabral (2018, p. 166), na reunião da Comissão da Cidade Universitária (CCU) do dia 11 de novembro de 1952 foi exibida uma pequena maquete da torre elaborada pelo professor Caetano Fracaroli, contendo grupos escultóricos alusivos aos quatro séculos de existência da cidade de São Paulo.

Em fevereiro de 1953, debateu-se a instalação de uma estátua em homenagem a Armando de Salles Oliveira, mediante realização de concurso. A escolha do projeto da torre também seria feita a partir de concurso, restrito a professores de projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, sendo o júri composto pelos docentes Helio de Queiroz Duarte, João Baptista Vilanova Artigas e Zenon Lotufo, das Cadeiras de Composição, e pelo professor de urbanismo Anhaia Melo.

No mês de junho a CCU apreciou uma nova versão de projeto de Rino Levi para o Centro Cívico. Em meados de agosto foi acertada a participação de Roberto Burle Marx para o projeto paisagístico do conjunto, perfazendo um total de 160.000 m². No último dia do mês o júri emitiu um parecer sobre as propostas apresentadas para a torre, recomendando o pagamento da ajuda de custo e a elaboração de novos estudos. Rino Levi, sob o respaldo da CCU, assumiu a tarefa de elaborar o projeto definitivo do monumento.

Em outubro de 1953, o projeto arquitetônico do Centro Cívico e da torre foram apresentados por Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar, acompanhados de memorial descritivo, fotografias e maquete (Figura 3). A proposta previa a substituição do teatro pelo auditório e a inserção de um espelho d'água de formato circular no

embasamento da torre. Em novembro de 1953 Rino Levi apresentou os temas dos baixos-relevos a serem aplicados nas duas faces da torre¹².



*Figura 3: Rino Levi Arquitetos Associados. Maquete do Centro Cívico, 1953.
Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP*

Em 1956 a concepção geral da Cidade Universitária passou por nova reformulação, motivada pela dispersão entre as construções e, possivelmente, pela constatação do

¹² Até o presente momento não foi possível encontrar respostas para as seguintes indagações: por quais foram descartados os motivos alusivos à história da cidade de São Paulo elaborados por Caetano Fracaroli? Em que momento Elisabeth Nobiling foi integrada à equipe? Teria a artista, professora de Plástica na FAU, alguma participação na redefinição dos temas inseridos nas faces do monumento?

caráter excessivamente austero do Centro Cívico. No “Roteiro de Replanejamento da Cidade Universitária”, o arquiteto Hélio Duarte, chefe do Escritório Técnico, defendeu a retomada das premissas de integração física expressos no artigo 47 do decreto de fundação da universidade, levando-se em conta a manutenção do ideário pedagógico original e a pulverização do conjunto em sub-centros¹³.

Duarte propôs a reformulação do Centro Cívico e a reunião dos institutos em macrozonas. O Centro Cívico recebeu uma nova denominação – *Core* – e se tornou a peça-chave para a realização de apropriações diversas, de ordem cotidiana, favorecidas pela multifuncionalidade dos usos e pela configuração de espaços mais acolhedores. Em tais princípios se assentavam as formulações lançadas no VIII Ciam, realizado em 1951, nominalmente transcritas em algumas pranchas do Replanejamento (Figura 4).

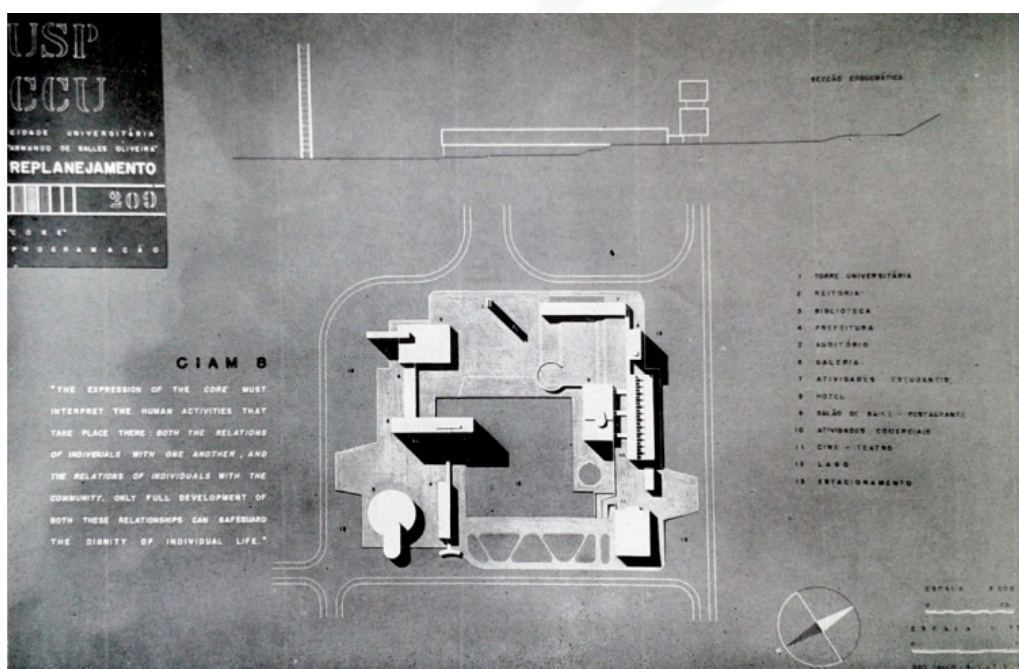


Figura 4: CCU. Replanejamento. Prancha 209 - Centro Cívico, 1956.
Fonte: USP. Comissão da Cidade Universitária, 1956, n.p.

¹³ Em artigo publicado na revista *Habitat*, o crítico Geraldo Ferraz (1956) corrobora as ponderações de Duarte, questionando a largura excessiva das avenidas, a falta de contiguidade entre os departamentos e a ausência de espaços de convivência.

O *Core* seria organizado em torno de uma esplanada dotada de espelho d'água que dividiria o conjunto em duas partes. De um lado seriam posicionados um novo edifício para a reitoria, prefeitura, biblioteca central e auditório. Do outro, seria implantado um Centro Social, composto por agência bancária, agência de correios, central telefônica e cooperativa; um edifício para abrigar associações de alunos e ex-alunos, imprensa universitária e departamento de relações nacionais e internacionais; um cineteatro; um hotel e um edifício que reuniria bar, restaurante, salão de chá e salão de festas.

O conjunto ocuparia uma área de 20 hectares. O edifício originalmente destinado à reitoria, contíguo à praça seca de conformação retangular de 400 por 500 metros, passaria a ser ocupado pela FFCL, mantendo-se a torre alinhada ao eixo central da composição. Foi também prevista, na parcela norte do *Core*, a construção do setor residencial, constituído por blocos laminares de três pavimentos, centro social, posto de saúde e quadras poliesportivas.

No texto de abertura dos anais do oitavo congresso Ciam, Josep Lluís Sert (1952, p. 6) critica a frieza das concepções urbanísticas do entre-guerras – sem mencionar a *Carta de Atenas* – e defende a proposição de espaços centrados nos indivíduos – praças públicas, passeios, cafés, clubes comunitários populares etc. – “nos quais as pessoas possam se encontrar amigavelmente, apertar as mãos e escolher o objeto do seu interesse”.

A questão foi assim interpretada no Replanejamento:

O ‘espírito universitário’ não existe *per se*, mas, como consequência daquilo que os sociólogos chamam de ‘nosso grupo’. É da integração dos ‘nossos grupos’ menores, num único grupo, maior, – ‘universidade’ – que pode surgir o chamado ‘espírito universitário’. Logo, o ‘Core’ torna-se o suporte material, indispensável às interações dos ‘nossos grupos’ menores. O ‘Core’ suaviza os ‘contatos institucionais’ ao tempo que procura dar ênfase aos ‘contatos primários’. Estes serão feitos através das associações de professores e alunos, imprensa universitária, locais de lazer e outros, capazes de modificar a consciência do ‘nosso grupo’, dando-lhes uma atitude mental propícia ao desenvolvimento do ‘espírito universitário’. (DUARTE, 1956, in CABRAL, 2018, p. 277-285).

A despeito da importância das formulações de Duarte, pressões internas acabaram por comprometer as principais sugestões do Replanejamento, especialmente em relação ao *Core*. Também não se concretizou a destinação do edifício da reitoria para a FFCL nem tampouco foram construídos o auditório, a biblioteca central e os demais blocos multifuncionais propostos para o entorno da praça cívica, que acabaria por abrigar, de modo diverso do risco original, duas décadas depois e totalmente isolada, a Torre do Relógio.

Mas, ainda assim, algumas diretrizes foram mantidas no Plano de 1961-1963, elaborado na gestão de Paulo Camargo e Almeida no Fundo para Construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (FCCUASO)¹⁴. A principal delas se expressa pela proposta de ocupação de um platô, lindeiro à avenida Professor Luciano Gualberto, por diversos departamentos da FFCL, retomando o ideal de união tão caro às premissas de fundação da universidade.

O “corredor das humanas”, como passou a ser conhecido, reuniria, caso concretizado, edifícios projetados por Eduardo Corona (História e Geografia), Carlos Milan (Letras), Pedro Paulo de Melo Saraiva (Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrologia), Paulo Mendes da Rocha (Sociologia, Antropologia, Economia Política e História das Doutrinas), Vilanova Artigas (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e Joaquim Guedes Sobrinho (Instituto de Matemática). Destes, apenas foram construídos o edifício da História e Geografia e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A integração entre os blocos seria favorecida pela destinação do piso térreo para a convivência de professores e estudantes, sendo os prédios atravessados longitudinalmente por circulação de pedestres que, efetivada em sua totalidade, promoveria amplo diálogo entre os diferentes departamentos da FFCL com o

¹⁴ O Fundo para Construção da Cidade Universitária (FCCUASO), criado em substituição ao Escritório Técnico, em junho de 1960, possuía personalidade jurídica própria e responsabilidade pela execução das obras. Em 1969, a reformulação dos estatutos da USP extinguiu o FCCUASO, sendo suas atribuições funcionais redistribuídas para a Prefeitura da Cidade Universitária e para o Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (Fundusp), que passou a contratar empresas particulares por regime de empreitada. (USP, 1998, p. 11-12).

Instituto de Matemática e com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, integrados ao conjunto.

A construção do Conjunto Residencial da USP (Crusp), em local diverso daquele previsto no Replanejamento, também merece comentários. Por um lado, mantinha a convivência entre os frequentadores, especialmente estudantes, posto que os 12 blocos laminares de seis pavimentos, suspensos em pilotis, estabeleciam relação de contiguidade com a esplanada central, livre de obstáculos.

Por outro lado, a disposição das lâminas de Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho Junior e Sidney de Oliveira impunha o encurtamento da via de acesso principal e a realização de uma série de estudos para a reconfiguração do *Core*, igualmente motivadas pela criação de um novo museu, originado pela transferência do acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) para a USP¹⁵.

Mário Pedrosa elaborou em 1962 um plano conceitual/programático para amparar a criação desta nova instituição, designada como um dos componentes do *Core*, que deveria agrupar, em um novo projeto, reitoria, auditório principal (aula magna), biblioteca central, museu e anexos. Na avaliação do crítico, a homogeneidade de uso e ocupação do núcleo central da universidade seria incompatível com a diversidade de uma rua, bairro, aldeia ou mesmo de uma cidade. (PEDROSA, 2003, p. 67 [1962]).

A convite do Conselho de Administração do FCCUASO, Oswaldo Bratke desenvolveu, entre 1962 e 1963, diversas soluções projetuais para a urbanização do *Core*, tendo como desafios dialogar com a Torre do Relógio e com uma nova versão de projeto para o Centro Social apresentada pelo escritório de Rino Levi, não construída, que contava com centro de saúde, pronto socorro, posto de gasolina e estação rodoviária. Além disso, Bratke deveria considerar uma proposta apresentada por

¹⁵ A transferência do acervo do MAM/SP e o processo de criação do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP) são abordados na tese de Doutorado *Arquiteturas para o Museu de Arte Contemporânea da USP*, de Renato Maia Neto (2004) e na tese de Livre Docência *Museus acolhem moderno*, de Maria Cecília França Lourenço (1999).

Franz Heep para a nova sede do MAM na Cidade Universitária, preterida sem apresentação de justificativas¹⁶.

Os estudos elaborados por Bratke indicam nuances na implantação dos blocos, prevalecendo o esforço para mitigar os conflitos entre a monumentalidade esperada pelos diretores e a espontaneidade das relações de convivência entre os blocos multifuncionais, o que de certa maneira sinaliza divergências em relação às indicações de Pedrosa, conforme observam Segawa e Dourado (1997, p. 230-231).

Em 1964, a já delicada negociação entre as instâncias superiores da universidade e os autores das proposições arquitetônicas e urbanísticas se tornou ainda mais problemática: foi instituído o Golpe Civil-Militar que, por mais de duas décadas, dificultou, ou simplesmente suprimiu as liberdades individuais. Some-se ainda, na avaliação de Cabral (2004, v. 2, p. 213-214) outros problemas: o falecimento de Carlos Milan, autor do projeto do edifício das Letras, em 1964, e o de Rino Levi, um dos principais envolvidos na concepção do *Core*, no ano seguinte.

Em 1966, Paulo Camargo e Almeida deixou a diretoria do FCCUASO. No final de sua gestão, antevendo possíveis retrocessos na configuração do plano de 1961-1963, elaborou um balanço das obras realizadas, apontando em duas plantas as edificações, diferenciadas graficamente entre construídas, com estrutura acabada e com fundações estaqueadas. O relatório também apontava a conclusão de apenas seis blocos do conjunto residencial, de um total de doze. (CABRAL, 2004, v. 2, p. 214).

Por ocasião da entrega dos primeiros seis blocos, o Crusp hospedou os atletas que participaram dos Jogos Panamericanos de 1963. Finalizado o certame desportivo, os apartamentos permaneceram vazios. Diante de tal descalabro, os estudantes se organizaram para ocupar as unidades residenciais, fato consumado sem a anuência

¹⁶ Franz Heep encaminhou, em carta endereçada a Mario Pedrosa, em 13 de março de 1962, um estudo preliminar para a sede do MAM na Cidade Universitária. Nas palavras do arquiteto, o projeto seguiu as diretrizes gerais formuladas por Pedrosa, conservando a lógica de distribuição do programa físico-funcional e favorecendo a formação de um complexo constituído por espaços de exposição, de ensino, de contemplação etc. Conforme observa Maia Neto (idem, p. 16-20), a partir de dezembro de 1962 a correspondência entre Pedrosa e Paulo Camargo e Almeida, diretor da FCCUASO, deixa de mencionar o estudo preliminar de Heep, sem qualquer motivação justificada.

da reitoria. Tal iniciativa deflagrou uma série de tentativas para a expulsão dos estudantes que, na prática, assumiram a gestão do espaço e a proposição de atividades de cunho cultural e político.

Em 1966 foi anunciado o desmonte de um dos blocos inconclusos do Crusp, sob a falsa alegação de que sua locação estrutural teria sido feita em local divergente da marcação de projeto. Em resposta, entidades de classe, arquitetos, estudantes, moradores e lideranças estudantis empreenderam ampla mobilização contra a descaracterização e segmentação do conjunto. Apesar dos esforços, a remoção do bloco J se efetivou em 1967¹⁷, franqueando a extensão da via de acesso da universidade até o edifício da reitoria. (CABRAL, 2004, v. 2, p. 221).

Luiz Antonio da Gama e Silva, reitor da USP entre 1963 e 1967, redigiu e promulgou, em 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional n. 5 (AI-5). Quatro dias depois, soldados do exército cercaram o Crusp com tanques e iniciaram uma operação que culminou com o desalojamento de aproximadamente 1.500 moradores. Finalizada a manobra de guerra, os estudantes foram conduzidos ao Presídio Tiradentes para triagem e o material apreendido foi reunido em uma exposição aberta ao público no II Exército, como advertência às ações subversivas. Entre os objetos da mostra incluiu-se um exemplar do livro *Bombas hidráulicas*, pertencente a um estudante da Politécnica.

O esvaziamento do Crusp abriu caminhos para consolidação de princípios inconciliáveis com a sociabilidade conquistada durante a ocupação estudantil, trazendo prejuízos inestimáveis para a maturação de modelos alternativos de organização social e política. Consumava-se assim um raciocínio impositivo e antidemocrático, ceifando uma experiência singular no ambiente universitário brasileiro, conforme sentenciar o ex-morador José Dirceu no documentário *A experiência Cruspiana*, de Nilson Couto (1986):

¹⁷ Em 1983 a estrutura dos blocos H e I também foram desmontadas, consolidando definitivamente a divisão do conjunto residencial em duas partes.

Dado que no Crusp concentravam-se milhares de estudantes de todo Brasil. Dado que no Crusp nós conquistamos total liberdade de expressão, reunião, inclusive quebrando tabus conservadores, no aspecto cultural, moral, o Crusp passou a ser uma referência política na luta pela liberdade, na luta também contra a ditadura militar.

Em 1969, Vilanova Artigas, autor do projeto da FAU, e Paulo Mendes da Rocha, autor do edifício da Filosofia e Sociologia, foram cassados com base AI-5. A FFCL, transferida às pressas para o Butantã em meio aos conflitos que culminaram com a invasão e depredação de suas instalações na rua Maria Antônia, no ano precedente¹⁸, foi subdividida em Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e nos Institutos de Biociências (IB), Ciências Biomédicas (ICB), Física (IF), Geociências (IGc), Matemática e Estatística (IME), Química (IQ) e Psicologia (IP).

A subdivisão da FFCL em diversas unidades é frequentemente apontada como a deserção de um projeto de universidade pautado pela promoção de um espírito de coletividade, previsto no artigo 47. Cumpre ressaltar, conforme nos adverte Dantas (2022, p. 279), que “tal projeto já vinha sendo desestruturado por meio da divisão do espaço físico”.

Em 1972, a revista *A Construção em São Paulo* apresentou o projeto de criação da Praça Magna, sendo o núcleo central constituído por quatro edifícios: Aula Magna (auditório), Convivência Geral, um edifício para abrigar os quatro museus definidos nos estatutos de 1969 e a Torre do Relógio, concebida por Rino Levi e equipe no início da década de 1950.

Durante a gestão de Miguel Reale, concretizou-se a construção do eixo monumental e, em seu desfecho, uma praça de formato retangular atravessada diagonalmente por duas vias pavimentadas¹⁹. Ao centro foi implantado um espelho d’água de formato circular, desde o qual emerge a Torre do Relógio. Recuperava-se, de certo

¹⁸ O clima de hostilidade entre os militantes de esquerda e os seguidores do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) incitou ações de confronto direto na rua Maria Antônia, especialmente em outubro de 1968, colocando em lados opostos estudantes da FFCL/USP e do Mackenzie.

¹⁹ O desenho da Praça Magna é atribuído ao professor Anhaia Mello. (CABRAL, 2004, v. 2, p. 226).

modo, a expressão de austeridade e aridez presentes nos planos elaborados entre 1949 e 1954.

“No Universo da Cultura o Centro está em toda parte” (Figura 5).

A inscrição ao redor do piso da torre, de autoria do reitor Miguel Reale, pode ser vista como o desfecho simbólico deste processo de fragmentação do território universitário. Com alguns avanços e muitos revezes, arquitetos de diferentes filiações tentaram configurar o *Core* universitário, metaforicamente alusivo a um coração, mas materialmente traduzido pela frieza de uma esplanada monumental e inóspita, em torno da qual deixaram de ser assentadas uma série de equipamentos de uso administrativo, comercial, cultural e institucional²⁰.



Figura 5. Praça do Relógio. Foto Marcos Santos / USP Imagens, 2018.

Fonte: USP Imagens. Disponível em: <https://imagens.usp.br/editorias/arquitetura-categorias/campus-cidade-universitaria-vista-do-relogio/attachment/reg-296-18-praca-do-relogio-2018-09-19-foto-marcos-santos-u-4/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

²⁰ Em 1974, Jorge Wilhelm e Paulo Mendes da Rocha elaboraram um novo projeto para o *Core*, constituído por Aula Magna, Centro de Convivência, Centro de Documentação e Informações e a sede do MAC/USP. De acordo com Cabral (2004, v. 2, p. 227), a proposta possuía implantação e volumetria similares à versão elaborada por Bratke nos anos 1960.

A SIGNIFICAÇÃO DO CONJUNTO EFETIVAMENTE EDIFICADO – MONUMENTO E PRAÇA MAGNA – AO LONGO DAS LUTAS EMPREENHIDAS PELO MOVIMENTO ESTUDANTIL (ME) NA DÉCADA DE 1970, EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Em 25 de janeiro de 1954, a pedra fundamental da Torre do Relógio foi lançada como parte das comemorações dos vinte anos da USP. No evento, que também celebrava o IV Centenário da Cidade de São Paulo, apenas o IPT, a reitoria, alguns blocos da Medicina Veterinária, parte da Escola Politécnica e alguns departamentos da Faculdade de Filosofia se encontravam em funcionamento na Cidade Universitária.

A concepção do Centro Cívico previa a instalação de uma réplica de um sino doado pela Universidade de Coimbra no topo das lâminas em concreto aparente que suportariam, em suas faces externas, relógios mecânicos. Ainda que a construção das lâminas tenha acontecido quase duas décadas depois, em locação diversa da original, nos parece relevante sublinhar a significação assumida pela escolha de instrumentos de controle como marcos referenciais da universidade.

No medievo, os sinos convocavam os fiéis para as missas, celebravam nascimentos, batizados e casamentos, entoavam preces, procissões e funerais. As horas canônicas, marcadas por ampulhetas, clepsidras, velas ou orações ritmadas dos monges, sinalizavam o ritmo de trabalho e as horas de descanso, ditados pelo louvor (alvorecer), véspera (pôr do sol), completa (final da jornada de trabalho) e matina (meia-noite).

No Brasil, especialmente durante os séculos de colonização, os sinos indicavam as atividades rotineiras, muitas delas relacionadas aos serviços religiosos e advertiam a população para a ocorrência de batalhas, invasões, enchentes e incêndios. Em certas ocasiões, ordenavam o toque de recolher para a manutenção da moral cristã e dos bons costumes, convenientes ao poder estabelecido.

Levando-se em conta a construção das paisagens sonoras acima descritas, quase sempre associadas ao controle e repressão dos corpos, a instalação de um sino e o aporte financeiro concedido pela colônia portuguesa residente na capital paulista

para a construção do monumento²¹, merecem comentários adicionais. Malgrado a cordialidade do gesto, existe um enorme abismo entre a existência de um sino na Universidade de Coimbra e a presença de uma réplica na Universidade de São Paulo.

O sino português, datado do século XVIII, rememora o ideário vigente na fundação da Universidade de Coimbra, em 1290. Sua inserção em local de destaque contribuiu positivamente para a reafirmação do valor secular do conhecimento científico. Transposta para a realidade local, pode ser vista como uma relação de dominação e submissão perante o antigo colonizador que, até às vésperas da nossa independência política, não permitia sequer a impressão de livros em território brasileiro.

A configuração final do monumento suprimiu a instalação do sino, colocando em evidência os aparelhos mecânicos, cujo funcionamento fraciona o tempo em intervalos regulares. Em tal raciocínio, a precisão do relógio seria supostamente mais adequada à constituição do caráter universitário no século XX, suprimindo-se qualquer ajuste de marcação decorrente das condições meteorológicas, episódicas, ou resultante de diferenças entre as horas de luz em cada estação do ano²².

Em busca de referenciais

A concepção da Torre dialoga com alguns textos referenciais ao debate artístico e arquitetônico dos anos 1930 e 1940. Neste sentido, pode ser examinada à luz dos preceitos defendidos na palestra A Arquitetura e as Belas Artes, proferida por Le Corbusier durante sua estada no Brasil em 1936 - mas somente transcrita em 1984

²¹ O compromisso da doação somava 3 milhões de cruzeiros. Conforme nos informa Cabral (2018, p. 172), a colônia portuguesa fez depósitos em parcelas, ainda que a torre só tenha sido contruída duas décadas depois em outro local.

²² A instalação da réplica do sino em 1966, ao lado da entrada principal da Reitoria, e sua transposição para a entrada do prédio do Conselho Universitário, em 2016, corrobora o esfacelamento do ideário proposto para o núcleo central da USP. Muito além da relação desfavorável de escala com o entorno construído, a implantação do sino, dissociada daquela efetivada para a Torre do Relógio, sinaliza a quebra de diálogo entre dispositivos que demarcariam jornadas por mecanismos distintos. Informações adicionais sobre a transferência do sino podem ser vistas em: CERIMÔNIA inaugura 'Porta do Sino' no prédio do Conselho Univeristário. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 ago. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=85614>. Acesso em 5 mai. 2023.

na *Revista do Iphan*, por iniciativa de Lúcio Costa - e a partir das recomendações expressas no manifesto Nove pontos sobre a monumentalidade, escrito em 1943 por Josep Lluís Sert, Siegfried Giedion e Fernand Léger.

Na palestra A Arquitetura e as Belas Artes, Le Corbusier (1984, p. 63-65) enfatizou que, “em certas ocasiões, a arquitetura pode satisfazer as suas tarefas e aumentar o prazer dos homens através da colaboração excepcional e magnífica com as artes maiores: pintura e estatutária”.

Na avaliação do arquiteto, a inserção de esculturas poderia potencializar lugares precisos, que funcionam como o ponto exato de intersecção dos diferentes planos que compõem a paisagem arquitetônica: “esses lugares matemáticos são a própria integral da arquitetura dos novos tempos, cuja lei essencial é a do ser dos organismos palpitantes, exatos, eficazes, simples, harmoniosos”. (idem).

Em raciocínio análogo, pinturas murais deveriam ocorrer em “lugares intensos, indiscutíveis, estupefacientes, concludentes, exatos”, contribuindo para amenizar o “incômodo de paredes incômodas, impostas - ou tetos ou solos - por razões intempestivas alheias à disciplina arquitetural”. (idem).

Ainda que Rino Levi e Elisabeth Nobile desconhecem o conteúdo ou a própria realização da conferência, talvez seja possível reconhecer aproximações entre as proposições.

A mais óbvia alusão à autoria compartilhada entre um arquiteto e uma artista, sendo a Torre enunciadora de ideais inovadores e disruptivos. A definição do local para a implantação da Torre e a distribuição dos volumes que compunham o Centro Cívico, na primeira versão do projeto, no início dos 1950, ecoavam alguns preceitos defendidos na palestra, na medida que reiteram o caráter simbólico do monumento, supostamente alusivo à “conquista épica dos novos tempos” (idem, p. 56).

Neste particular, as diferentes versões do monumento, isolado em uma praça árida ou associado aos edifícios do *Core*, dialogam com alguns princípios do manifesto Nove pontos sobre a monumentalidade. O texto, redigido a seis mãos em Nova York

em fins da Segunda Grande Guerra, questiona a significação dos marcos simbólicos e a própria validade das premissas da cidade funcional no segundo pós-guerra²³.

Para Sert, Giedion e Léger (*in* GOMES, 2010, p. 306-307), o monumento deve transcender a mera funcionalidade, pois exprime “o sentimento coletivo dos tempos modernos” e “o sentimento e as ideias dessa força coletiva - o povo”. Acompanhando esse raciocínio, a Torre do Relógio deveria aspirar pela renovação. Mas sua implantação isolada acabou por desvirtuar suas proposições originais, tornando-a incapaz de expressar “o sentimento e as ideias dessa força coletiva”, conforme se verá adiante.

No entender dos autores do manifesto, o local para a implantação de qualquer monumento deveria ser definido mediante rigoroso estudo, a fim de garantir adequadas condições de apreciação, testemunhando com “alegria, orgulho e emoção” a vida da comunidade. A implantação da Torre do Relógio, em todas as versões, satisfaz tais expectativas.

De acordo com o texto, qualquer monumento deveria resultar da ação compartilhada entre planejador, arquiteto, pintor, escultor e paisagista, fato a demandar estreita colaboração entre os envolvidos, em esforço de síntese. Para tanto, seria necessário haver estreita aproximação entre as artes ditas “maiores” ou “menores”, valorizando as manifestações artísticas populares e o espírito de trabalho colaborativo, com ampla liberdade de ação entre os envolvidos.

Neste particular, retoma-se o ideal de criação artística entendida como síntese, isto é, como um somatório de contribuições e não como o resultado da justaposição entre partes, no qual a presença de obras escultóricas ou murais são meros complementos ao espaço construído, quase sempre solicitados após a finalização da etapa de projeto arquitetônico.

²³ Após a realização de uma palestra de Giedion no Royal Institute of British Architects, a revista inglesa *Architecture Review* convidou uma série de personalidades, a exemplo de Lúcio Costa, para publicar suas considerações sobre o tema da monumentalidade na arquitetura moderna na edição de setembro de 1948. (LOURENÇO, 1995, p. 264).

Rino Levi (1954, p. 567), em artigo publicado na revista *Acrópole*, defende a procura pela unidade de criação na obra arquitetônica, entendida como “colaboração íntima e cordial de engenheiros, hidráulicos, eletricitistas, construtores, paisagistas e outros especialistas”. Mas a obtenção desta unidade, paradoxalmente, deveria ser comandada pelo arquiteto, a quem caberia conjugar os esforços de pintores e escultores. Tal prerrogativa não se coaduna com a ideia de síntese, uma vez que estabelece uma ordem de funções incompatível com a ideia de paridade. Tal hierarquia parece ter guiado a concepção da Torre do Relógio.

Entre 1952 e 1953, Rino Levi assinou o projeto arquitetônico do monumento (Figuras 6 e 7), constituído por duas empenas com 50 metros de altura e 10 metros de largura, separadas entre si pela escada de serviço. A torre emerge de um espelho d’água de formato circular e ostenta, na extremidade superior das empenas, dois relógios mecânicos, um deles voltado para a reitoria e o outro para a avenida de acesso à universidade. O mostrador ultrapassa os três metros de diâmetro; o ponteiro de minutos tem 1,50 m e o das horas, 1,30 m.

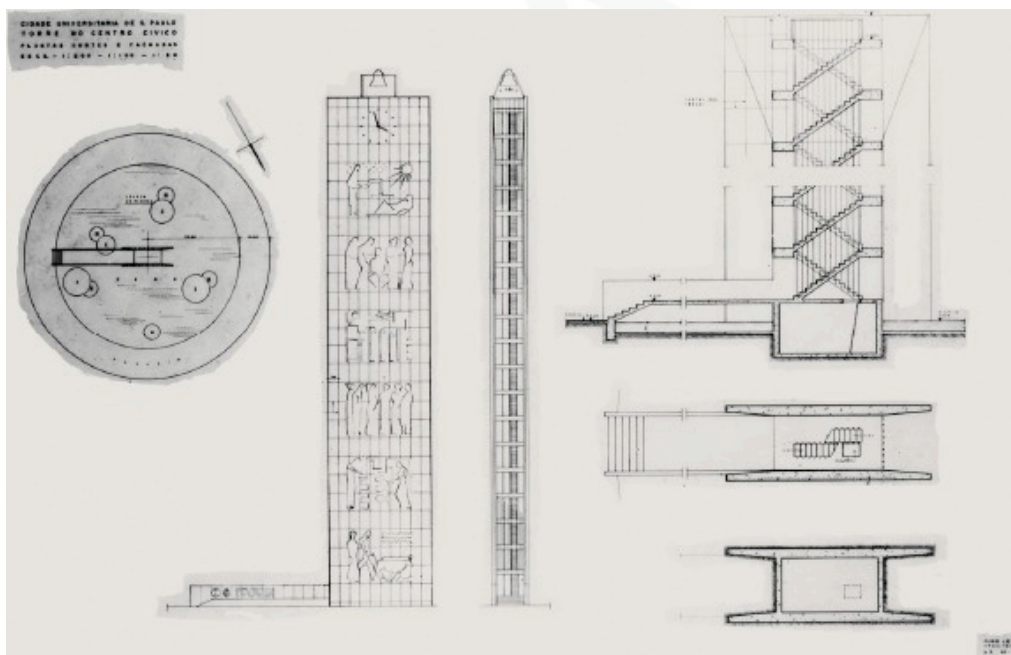


Figura 6: Rino Levi Arquitetos Associados. Torre do Centro Cívico, 1953.
Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP

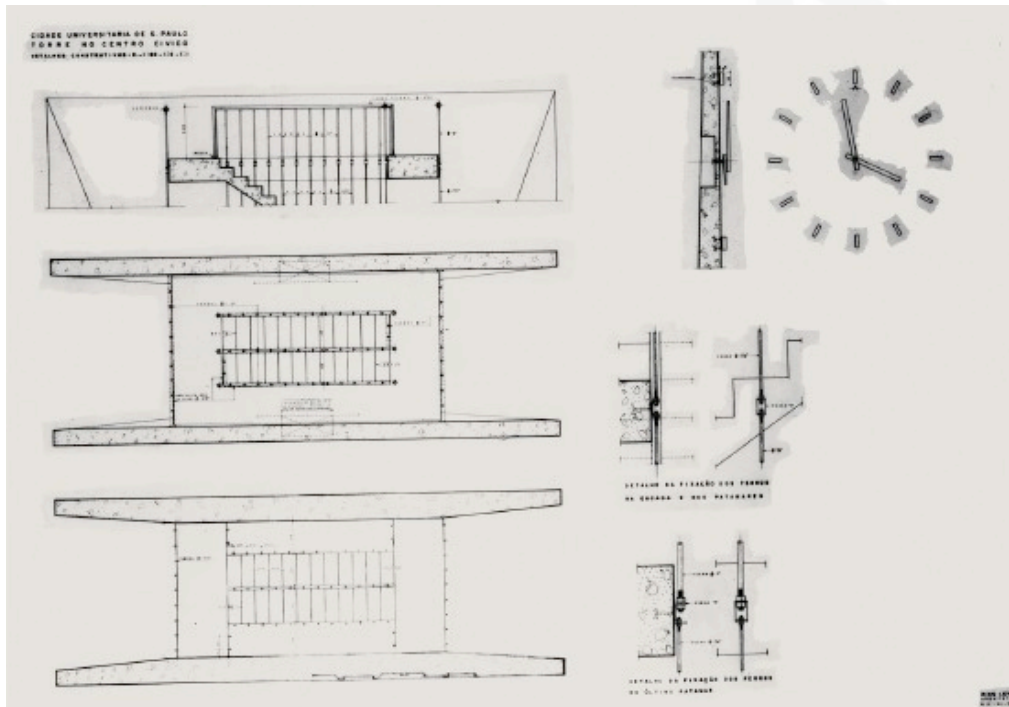


Figura 7: Rino Levi Arquitetos Associados. Torre do Centro Cívico, 1953.
Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP

Elisabeth Nobiling, a convite de Rino Levi, presume-se, desenvolveu a concepção artística do monumento. Nas faces externas das empenas, inscreveu em alto e baixo-relevo, em concreto aparente, doze painéis que simbolizam os grandes feitos da civilização, nas ciências, nas letras e nas artes (Figura 8).

O lado voltado para a antiga Reitoria apresenta o “mundo da fantasia”. Nele são gravados, de baixo para cima: a Filosofia; a Arquitetura (“mãe” de todas as artes visuais); a Dança, a Música e o Teatro; as Ciências Econômicas; as Ciências Sociais; e a Poesia. O lado oposto apresenta o “mundo da realidade”. Nele encontram-se inscritos, de baixo para cima: a Matemática; as Ciências Geológicas; a Física; as Ciências Biológicas; a Química; e a Astronomia.



Figura 8: Rino Levi Arquitetos Associados. Torre no Centro Cívico da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, Praça do Relógio (USP), s.d.
Fonte: Acervo da Biblioteca da FAUUSP

Em tal separação de saberes, um deles supostamente mais intuitivo, o “mundo da fantasia”, e o outro mais lógico, o “mundo da realidade”, reside o critério de apresentação dos painéis. Segundo diversos autores, tais prerrogativas estabelecem

aproximação com preceitos formulados pelo filósofo italiano Benedetto Croce, que assim diferencia as formas do conhecimento humano.

Para Croce, arte e imaginação são formas de expressão da liberdade humana e a fantasia constitui parte importante do processo criativo. Assim, o mundo da fantasia possui um valor em si mesmo e não pode ser confundido com a realidade, pois seu entendimento é individual e subjetivo.

O mundo da realidade, por sua vez, é o mundo empírico, que pode ser examinado “cientificamente”. Cabe, porém, sublinhar que Croce entende a realidade como construção humana, decorrente de nossas percepções, emoções e experiências. Isto equivale a não acreditar na existência de uma realidade absoluta ou transcendente, mas sim em compreender a realidade em sua relatividade.

Pode-se assim dizer que, no entendimento do filósofo italiano, a ciência é o conhecimento do geral, e a arte, intuição do particular. A arte expressa a sensibilidade e a imaginação humanas e, por isso, não deve ser avaliada objetivamente, pois não há critérios universais para o seu julgamento.

Benjamin, por sua vez, acredita que a arte exerce um papel de resistência e crítica social. Além disso, admite um alcance transformador, pois nela entrevê uma dimensão questionadora da conjuntura existente e não apenas um instrumento de construção de uma realidade imaginária, como defende Croce.

Croce e Benjamin reconhecem a importância da história e da tradição na constituição da cultura humana. Para Croce, a história é a chave para a compreensão da cultura e da linguagem. Benjamin vislumbra na história - e na própria arte - uma arena de lutas e conflitos, quase sempre ausentes nas narrativas consagradas.

Benjamin considera a obra de arte, entendida em suas diferentes expressões, ruína, pois é simultaneamente recomposição e promessa, lembrete e esperança de transformação. De acordo com o filósofo, contemplar as ruínas, entendidas como artefatos históricos, é um modo de iluminar o passado, sendo essa experiência libertadora, fundamental para fazer emergir dos escombros um futuro mais promissor.

A Torre do Relógio, inserida nas várias versões de projeto elaboradas a partir do “Roteiro de Replanejamento da Cidade Universitária”, incorporou os ideais revolucionários do jovem Benjamin, ao estabelecer profícua interlocução com o sítio de implantação e, mais especialmente, com os frequentadores do *Core* - professores, técnicos-administrativos e estudantes.

Em contrapartida, o monumento efetivamente construído, isolado na árida e ampla esplanada, seccionada diagonalmente por duas vias de circulação de automóveis, não corresponde aos desígnios postulados por Rino Levi e Elizabeth Nobiling, tornando-se incapaz de traduzir os anseios da comunidade acadêmica. Analisada sob o viés benjaminiano, a Torre do Relógio, tal como se apresenta na data de sua inauguração, afirma apenas um lado da história: a dos vencedores.

Mas isso não pressupõe a desarticulação do ME que, desde a promulgação do Golpe Civil-Militar, intensificou sua mobilização para confrontar a “Operação Limpeza”, instituída para minar os focos de resistência ao regime. Em resposta, os estudantes não deixaram de se apropriar do território universitário para nele empreender atividades culturais e políticas.

Em tais ações eram desafiadas as proibições impostas pela Lei Suplicy²⁴, promulgada em novembro de 1964, que tornou as representações - Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central de Estudantes (DCE), Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e a própria União Nacional dos Estudantes (UNE) - subordinadas às instâncias superiores²⁵. Foram igualmente questionadas as disposições do Decreto-Lei 228,

²⁴ Determinação do artigo 14 da Lei 4.464, promulgada pelo Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, em 9 de novembro de 1964: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.

²⁵ O artigo 2 da Lei Suplicy instituiu os seguintes órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: “a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal”.

criado em fevereiro de 1967 para reformular o estatuto de organização das entidades estudantis, proibindo-as de funcionar como associações civis²⁶.

Com o mesmo intento, o ME se posicionou contra a parceria estabelecida entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development (Usaid)*, sob a alegação de que o acordo poderia subordinar o ensino superior brasileiro aos interesses estadunidenses, muito além de representar uma ameaça de privatização das instituições públicas de ensino, transformadas em fundações. (FÁVERO, 2009, p. 91-92).

O fechamento do Congresso Nacional, por determinação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, extinguiu a última resistência institucional à Ditadura, ampliando a utilização do aparato repressivo e limitando a atuação do Poder Judiciário. Deflagrou-se uma fase de radicalização política e clandestinidade, assim ponderada por Teresa Lajolo, ex-moradora do Crusp, em depoimento que integra o documentário *A invasão do Crusp, 50 anos depois*, produzido pelo Canal USP em 2018:

O movimento estudantil saiu para a rua, nas várias vezes em que saímos para as ruas, nós saímos contra a reforma educacional e contra o acordo MEC/Usaid, portanto, contra a ditadura. Essa luta a gente fez. Agora, é lógico que no bojo disso tudo, teve os companheiros, ou surgiram, os grupos políticos, as tendências políticas e cada um foi abraçar aquela que achou mais importante, ou que naquele momento considerava mais importante.

Em fevereiro de 1969 foi promulgado o Decreto-lei n.º 477, visto pelos estudantes como o “AI-5 da educação”. Tal decreto definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e servidores de estabelecimentos de ensino público ou particulares, dando sustentação legal para a dispensa de professores, que não poderiam ser nomeados, admitidos ou contratados pelo prazo de cinco anos, e para o desligamento de estudantes, que seriam impedidos de se matricular em qualquer

²⁶ De acordo com o artigo 11 do Decreto-Lei 228, que revogou a Lei Suplicy, os órgãos de representação estudantil estavam proibidos de organizar “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. O descumprimento desta determinação poderia acarretar “a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.”.

curso pelo prazo de três anos. Todo o ME, nas esferas local, estadual e federal, foi profundamente afetado com tal dispositivo legal.

No início da década de 1970, as correntes estudantis de oposição adotaram divergentes táticas de enfrentamento do regime. Para tanto, associaram-se a organizações civis e religiosas, por vezes recorrendo a táticas de guerrilha urbana ou rural, por vezes direcionando o foco para a promoção de atividades culturais ou promovendo discussões sobre questões cotidianas, posicionando-se contra o aumento de valor das refeições servidas nas universidades, contra a precarização do ensino e contra a cobrança de mensalidades.

Sem entrar no mérito de cada posicionamento, a demandar aprofundamento incompatível com a extensão deste relato, a polarização das esquerdas não contribuiu para o fortalecimento das pautas do ME, abrindo brechas para a ação das forças coercitivas.

É exemplar, neste sentido, a morte, sob tortura, em 17 de março de 1973, do estudante de Geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Deops), sob o comando do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. É também sintomática a reação suscitada pela arbitrariedade do ato que silenciou os sonhos de um jovem de 22 anos, conforme atesta o *Dossiê* ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985):

Os colegas de Alexandre, estudantes e professores da Geologia, recusaram-se a reiniciar as atividades acadêmicas até o esclarecimento dos fatos. Uma assembleia, realizada no Instituto de Geologia em 23 de março de 1973, aprovou a proposta de realização de uma missa de sétimo dia, a formação de uma comissão para apurar as circunstâncias da sua morte e das prisões de outros estudantes e decidiu decretar luto e organizar uma paralisação simbólica de protesto com as demais faculdades da USP. Três dezenas de centros acadêmicos (dezoito da USP, três da PUC/SP e seis da PUC/RJ, além de outros do interior de São Paulo) lançaram um comunicado sobre a morte de Alexandre, lamentando o episódio e declarando luto. (ALMEIDA, 2009, p. 429)

A reação de diversos setores da sociedade civil e a atitude destemida de seus familiares, exigindo esclarecimentos dos fatos, sensibilizou setores progressistas da

Igreja e o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que celebrou missa de sétimo dia na Catedral da Sé. Durante o culto, Sérgio Ricardo entoou *Calabouço*, feita em homenagem ao assassinato do secundarista Edson Luís, em 1968. O ato foi assistido por 3.000 pessoas, sendo frequentemente considerado a primeira manifestação pública de porte contra a ditadura no pós-AI-5. A praça de Sé foi cercada pela polícia. Cinquenta pessoas foram presas.

Cerca de dois meses depois, Gilberto Gil realizou espetáculo em homenagem a Vannucchi Leme no auditório da Escola Politécnica da USP. Por cerca de três horas, percorreu um repertório diversificado, conversou com o público sobre o significado de certas canções e cantou por duas vezes a música *Cálice*, de sua autoria com Chico Buarque, desafiando a censura²⁷.

Em outubro do mesmo ano, o reitor Miguel Reale, em fim de mandato, inaugurou a Torre do Relógio, o prédio da Engenharia Civil e dois centros de convivência, um deles anexo ao Instituto de Física e o outro contíguo ao Crusp. A solenidade oficial foi documentada nos periódicos de grande circulação, sendo transcrito no jornal *Cidade de Santos* o depoimento de Reale enaltecendo a “nova fisionomia da Cidade Universitária”, colocando à disposição dos estudantes “pequenos shoppings-centers”. O relato obviamente não colocou em discussão a qualidade arquitetônica dos centros de convivência, tão inexpressivos quanto os edifícios modulados concebidos para abrigar o Instituto de Geociências e o Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da USP, entre outras unidades.

Em 1974 a USP se mantinha no radar das forças repressivas, fato a incitar calorosas discussões sobre a perseguição e detenção de ativistas. No mês de abril, em repúdio à prisão de 33 estudantes, professores e intelectuais, foi realizada assembleia no recém-inaugurado prédio das Ciências Sociais. Nela participaram 2.000 pessoas, entre estudantes, professores, deputados do MDB, mães de presos políticos,

²⁷ O então estudante Guido, membro do Grupo de Teatro da Poli, registrou o espetáculo em uma fita de rolo, posteriormente digitalizada e remasterizada por Paulo Tatit. O áudio se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIwKGsjRqGQ&t=2053s>. Acesso em: 1 mar. 2023.

advogados e representantes do clero, sendo deliberada a criação do Comitê de Defesa do Preso Político do Brasil (CDPP).

Apesar dos esforços, as prisões de estudantes e professores se intensificaram em 1975. No mês de outubro, a comunidade acadêmica se mobilizou em calorosas assembleias. Uma delas ocorreu no dia 17, reunindo cerca de 1.000 estudantes, motivados pela possibilidade de contato com o ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes em um evento na FAU.

No dia 23 foram organizadas duas assembleias. Na primeira, também realizada na FAU, às 11h, contou com a participação de Michel Foucault, que prestou solidariedade aos estudantes e professores presos. Diante de 600 pessoas, o então professor visitante da FFLCH sentenciou ser impossível “lecionar sob o tacão das botas” e concedeu à assembleia poder decisório sobre a continuidade de suas atividades no país, caso não fossem atendidas suas solicitações. (MARQUES NETO, 2017).

A segunda manifestação aconteceu nas Ciências Sociais às 20h, com o comparecimento de 1.200 estudantes. Em ambas as assembleias foram denunciadas, por meio de uma “carta aberta à população”, as prisões e torturas, sendo também lida uma “carta ao presidente da República”, exigindo a imediata libertação dos presos políticos. Em caso de não atendimento, a USP iniciaria uma greve geral no dia 28. (MÜLLER, 2010, p. 108)

No dia 27, véspera da data determinada, deflagrou-se greve na USP, em repúdio ao assassinato de Vladimir Herzog, ex-professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA), ocorrido no dia 25 nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). No dia seguinte ao assassinato, desafiando as imposições ditatoriais, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebrou missa em memória do jornalista, com a presença de 10.000 pessoas na Catedral da Sé.

No final de 1975, uspianos movimentaram-se para recriar sua representação estudantil autônoma, não mais tutelada pela reitoria. Os esforços foram alcançados com a fundação, em 26 de março de 1976, do Diretório Central de Estudantes-Livre

Alexandre Vannucchi Leme, o primeiro DCE-Livre do país. A fundação de Diretórios Livres tornou-se ponto obrigatório de discussão em diversas universidades brasileiras. (LINO, 2004, p. 57)

A luta pela redemocratização política e pela anistia trouxe de volta os estudantes às ruas a partir de 1977, indicando um certo recrudescimento do regime militar. A primeira passeata, realizada nove anos após a promulgação do AI-5, foi motivada pelo corte de verbas imposto à USP. Cerca de 2.500 estudantes se reuniram em frente à Escola Politécnica, percorreram a Praça Magna e transpuseram o rio Pinheiros na manhã do dia 30 de março, rumo à Secretaria de Educação, situada no Largo do Arouche.

O secretário da Segurança Erasmo Dias desconfiou da realização de um ato com local, dia e hora predeterminados. Ao invés de convocar pelotões armados, optou pelo bloqueio de vias pelo Departamento de Operação do Sistema Viário (DSV) e pelo controle da documentação de pedestres por agentes do Deops, vestidos à paisana, no entorno da praça. Mas, ainda assim, deixou a tropa de choque em alerta. E sentenciou, conforme relato publicado no jornal *Folha de S. Paulo*: “Espero não precisar usá-la, mas se for preciso, aperto o coração com a mão direita e baixo o porrete com a esquerda”. (AS DUAS mãos de Erasmo, 1977, p. 26)

Os estudantes desafiaram as autoridades e marcharam em direção ao centro da capital. Muitos aguardavam pela chegada da passeata, prevista para o meio-dia, no local designado. Treze foram detidos; muitos outros, obrigados a se dispersar. Em função da “Operação Bloqueio”, a manifestação foi realizada no Largo de Pinheiros às 13 horas. Depois da leitura de uma carta aberta, os manifestantes atenderam ao pedido das lideranças que solicitaram o retorno à Cidade Universitária de modo ordenado, para “deixar claro quem é que faz bagunça na cidade”. (LEITURA, 1977, p 29)

O centro expandido e diversos bairros foram paralisados por um congestionamento gigantesco. Enquanto 70.000 homens da Polícia Militar do Estado e da Polícia Civil se encontravam mobilizados, Erasmo Dias almoçava no renomado restaurante *La Casserole*, no Largo do Arouche, desferindo ataques contra os manifestantes,

transcritos no artigo “Não dá para controlar a massa”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 31 de março de 1977:

Isso tudo é coisa de meia dúzia de estudantes profissionais, (...) agitadores que depois vão para casa comer strogonoff. Vocês se lembram das agitações passadas. Os responsáveis estão na Argélia, vivendo bem. Outros estão debaixo da terra ou metidos na cadeia.

Os embates prosseguiram. Entre os meses de junho e agosto de 1977 foram realizadas três edições do Dia Nacional de Lutas (DNL), em diversas cidades brasileiras²⁸. As forças repressivas impediram a realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte. Trezentos manifestantes se entregaram à polícia, temendo ser a Universidade Federal de Minas Gerais invadida. A pauta da reunião previa a recriação da UNE, então na ilegalidade.

Em 26 de outubro do mesmo ano, o DCE-Livre da USP organizou nova concentração na Cidade Universitária, contra a presença constante da polícia, contra a repressão política e contra a proibição de atividades políticas e culturais. A manifestação reuniu 3.000 estudantes, que partiram do vão livre da Faculdade de Administração para a avenida Paulista, onde foram recebidos com bombas de gás e golpes de cassetetes.

Em maio de 1979, representantes do ME escolheram indiretamente a primeira diretoria da UNE depois da entidade ser colocada na ilegalidade pela Lei Suplicy, em 1964. Em outubro do mesmo ano foi realizada nova eleição, desta vez direta. A expressiva participação de 300.000 eleitores simboliza a coroação dos esforços iniciados em 1977 para reconstruir a entidade. (MÜLLER, 2010, p. 185-187).

²⁸ O primeiro DNL foi realizado no dia 19 de maio em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre e Brasília, sendo a Universidade de Brasília invadida pela polícia, que permaneceu no campus até o final do ano, por determinação do reitor, capitão de mar e guerra José Carlos Azevedo. Em 15 de junho foi organizado o segundo DNL. Na capital paulista, o coronel Erasmo Dias montou um cerco policial com 32 mil homens, cães, caminhões, carros blindados, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e um equipamento luminoso capaz de provocar cegueira momentânea. Em 23 de agosto, no terceiro DNL, foi decretada greve em diversas universidades, exigindo a anulação das matrículas. Em São Paulo foram convocados 20 mil policiais para confrontar os manifestantes no Largo do Paissandu. O centro da capital foi transformado em uma praça de guerra. A população lançou chuvas de papel picado do alto dos edifícios, em apoio aos estudantes.

No intervalo entre as duas eleições da UNE, o recém-empossado presidente militar João Baptista Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei de anistia, que contemplava os cassados por atos de exceção e excluía os condenados por atentado pessoal, assalto, terrorismo e sequestro. Na avaliação de Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (2002, p. 30),

(...) a lei continha um dispositivo que estabelecia o perdão aos agentes do Estado que haviam cometido torturas e assassinatos de opositores do regime, impedindo que fossem julgados por estes crimes. Neste ponto, a lei correspondia aos anseios do aparato repressivo e era uma derrota para a oposição.

Enquanto isso, a Torre do Relógio permanecia calada, isolada na ampla esplanada que poderia configurar o coração pulsante da Universidade de São Paulo. Sozinha, continuava a marcar o tempo com precisão matemática, tentando encontrar seu lugar e significado no território universitário. Ainda hoje testemunha a deambulação dos estudantes que se deslocam rumo à cidade caótica e desigual situada para além dos muros da Cidade Universitária.

PARA NÃO CONCLUIR

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado*

*Esse silêncio todo me atordo
Atordado eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa*

Cálice
Chico Buarque de Hollanda | Gilberto Gil

Segundo Marc Augé (2003, p. 97-98) o planejamento urbano e a arquitetura sempre forneceram indicações precisas sobre poder e política, apresentando de modo direto “a franqueza cínica da história humana”. Sem meias palavras, considera que “nossas sociedades são o que temos diante dos nossos olhos, sem máscaras, nem maquiagem”. De modo análogo, a obra de arte fala de seu tempo, mas quem a

contempla jamais conseguirá saber exatamente de que maneira foi recebida por outrem no instante de sua apresentação.

Na avaliação do filósofo (idem, p. 16), o que uma obra expressa é essa falta, esse vazio, essa distância entre uma percepção desaparecida e outra atual. A percepção dessa distância entre duas incertezas, entre dois estados incompletos, constitui a essência do nosso prazer, igualmente distante da reconstituição histórica e da atualização forçada.

Neste raciocínio, jamais seremos capazes de saber exatamente de que maneira a Torre do Relógio, ao longo da década de 1970, conseguiu traduzir para a comunidade acadêmica as intenções de projeto plasmadas na prancheta de Rino Levi e nos estudos de Elisabeth Nobile. Nenhum problema até aqui.

Transcorrido meio século desde a sua inauguração, podemos suspeitar que a implantação de um monumento associado a outros equipamentos alimentou a imaginação de Rino Levi, Hélio Duarte, Franz Heep, Oswaldo Bratke, Jorge Wilhelm, Paulo Mendes da Rocha, que em algum momento tentaram configurar para o Core uma ambiência compatível com o espírito desejado pela comunidade acadêmica, especialmente estudantes. Mas essa convivência fraterna era indesejada pelas autoridades e nem sempre encontramos respostas para as muitas lacunas que cercam a não realização desses projetos.

Estamos diante de monumento que anuncia um devir jamais alcançado. O que nos recompensa diante das promessas não consumadas é a possibilidade de compreender um pouco melhor os sonhos de uma geração que vislumbrou a construção de um país mais justo e fraterno. E que jamais concordou com a anistia concedida aos crimes cometidos pelos agentes da repressão.

BIBLIOGRAFIA

A EXPERIÊNCIA Cruspiana. Direção Nilson Couto. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986. Vídeo (30 min.) Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=dExDMTKibPc&t=8s>. Acesso em: 18 mar. 2023

- A INVASÃO do Crusp, 50 anos depois. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Vídeo (21 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=51bEci_GSac&t=1s. Acesso em: 18 mar. 2023.
- ALBERTO, Klaus Chaves. *Três projetos para uma Universidade do Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- ALMEIDA, Criméia Schmidt. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985)*. 2 ed. São Paulo: IEVE: Imesp, 2009.
- AMERICANO, Jorge. *A Universidade de São Paulo: dados problemas e planos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1947.
- ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi: arquitetura e cidade*. 1 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2001.
- AS DUAS mãos de Erasmo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1977, p. 26.
- AUGÉ, Marc. *El tiempo en ruinas*. Tradução Tomas Fernández Aúz e Beatriz Eguibar. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Tradução Celeste Ribeiro de Souza et al. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1986.
- BRASIL. *Decreto n. 24.279, de 22 de maio de 1934*. Aprova a regulamentação do art. 3º do decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, na parte relativa às universidades estaduais e livres equiparadas. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24279-22-maio-1934-507776-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- BRASIL. *Decreto n.19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20que%20o%20ensino%20superior,isolados%20pelos%20respectivos%20regulamentos%2C%20observados>. Acesso em: 15 fev. 2023.

- CABRAL, Neyde A. Joppert. *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 2 v.
- CABRAL, Neyde A. Joppert. *A Universidade de São Paulo: modelos e projetos*. São Paulo: Edusp, 2018.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre os problemas universitários*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São PAULO: Edusp, 1954.
- CERIMÔNIA inaugura 'Porta do Sino' no prédio do Conselho Univeristário. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 ago. 2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=85614>. Acesso em 5 mai. 2023.
- CORDEIRO, Patrícia Cavalcante. *A Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro: preservação da arquitetura moderna*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*. São Paulo: Girafa, 2003.
- CROCE, Benedetto. *Estetica come scienza dell'espressione e linguística generale*. 3 ed. Bari: Giuseppe Laterza & Figli, 1908.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.
- DANTAS, Caio. O abandono do "espírito universitário" na construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 255-284, 2022.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FERRAZ, Geraldo. Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: uma constatação polêmica dos resultados do plano e da execução das obras no Butantã. *Habitat*, São Paulo, n. 27, fev. 1956.
- LE CORBUSIER. A arquitetura e as belas artes. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 53-66, 1984.
- LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Tradução Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.
- LEITURA: 20 minutos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. de 1977, p. 29.

- LEVI, Rino. Síntese das artes plásticas. *Acrópole*, São Paulo, v. 16, n. 192, p. 567-569, set. 1954.
- LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Minc/Iphan: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1996.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. *Operários da modernidade*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MARQUES NETO, José Castilho. No táxi com Michel Foucault. *Cult*, São Paulo, jul. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/no-taxi-com-michel-foucault/>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- MATOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Centre d'histoire Sociale du XXème Siècle. Université de Paris 1 - Panthéon Sorbonne. São Paulo; Paris, 2010.
- NASCIMENTO, Ana Paula. *MAM: museu para a metrópole: a participação dos arquitetos na organização inicial do Museu de Arte Moderna de São Paulo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- REVISTA DE ARQUITETURA, Rio de Janeiro, ano X, n. 59, jan./fev. 1944.
- ROSSI, Bruno; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. Os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira em São Paulo. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 64-80, out. 2022.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth da Silva; PEREIRA, Romão da Silva; CALDEIRA, Vasco. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto, 1987.
- SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. *Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934*. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1934. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Decreto n. 12.401, de 16 de dezembro de 1941*. Localiza, na Fazenda Butantã, área para a construção da Cidade Universitária. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1941. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1941/decreto-12401-16.12.1941.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: Proeditores, 1997.

SERT, Josep Lluís; GIEDION, Sigfried; LÉGER, Fernand. Nove pontos sobre a monumentalidade. In: GOMES, José Manuel Rodrigues. *Teoria e crítica de arquitetura século XX*. Lisboa: AO-SRS: Caleidoscópio, 2010. p. 306-307.

SOARES, Sandra Branco. *Capanema Maru: o Ministério da Educação e Saúde*. Petrópolis, Jauá, 2021.

TOGNON, Marcos. *Arquitetura italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Coordenadoria do Espaço Físico - Coesf. A recuperação do Crusp*. São PAULO: USP, 2009.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. *Roteiro do Replanejamento da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: USP, 1956.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Fundo de Construção da Universidade de São Paulo - Fundusp. Comissão da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. *Plano de desenvolvimento físico para a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*. São Paulo: USP, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *A mais antiga do Brasil*. Curitiba: UFPR, 2023. Disponível em: <https://ufpr.br/a-mais-antiga-do-brasil/>. Acesso em: 5 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Histórico*. Porto Alegre, s.d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 5 mai. 2023.